


DA INDEPENDÊNCIA À CRISE URBANA: CIRCUITOS DE PRODUÇÃO, COOPERAÇÃO E CAPTURA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO URBANO EM PORTO PRÍNCIPE (HAITI)

FROM INDEPENDENCE TO URBAN CRISIS:
PRODUCTION CIRCUITS, COOPERATION AND POLITICAL CAPTURE
OF URBAN DEVELOPMENT IN PORT-AU-PRINCE (HAITI)


DE L' INDÉPENDANCE À LA CRISE URBAINE:
CIRCUITS DE PRODUCTION, COOPÉRATION, ET CAPTURE POLITIQUE
DU DÉVELOPPEMENT URBAIN À PORT-AU-PRINCE

Zeno Soares Crocetti¹

 0000-0003-0608-5079

geocrocetti@gmail.com

Bachelard Noel²

 0000-0002-4000-7042

b.noel.2021@aluno.unila.edu.br

Ano XXX - Vol. XXX - (1): Janeiro/Dezembro - 2026

CIÊNCIA
Geográfica

ISSN Online: 2675-5122 • ISSN-L: 1413-7461

www.agbauru.org.br

1 Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território - Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0608-5079>. E-mail: geocrocetti@gmail.com.

2 Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território - Foz do Iguaçu/Paraná/Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4000-7042>. E-mail: b.noel.2021@aluno.unila.edu.br.

Artigo recebido em fevereiro de 2026 e aceito para publicação em maio de 2026.



RESUMO: A pesquisa investiga os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação na cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti, procurando explicitar de que modo sua configuração contemporânea contribui para a reprodução da crise urbana e para a fragilização do desenvolvimento territorial. Parte-se de uma abordagem geográfica crítica, ancorada sobretudo em Milton Santos, Georges Anglade e David Harvey, que permite articular a formação histórica do território haitiano às estratégias recentes de inserção subordinada nas cadeias globais de valor. Argumenta-se que a trajetória haitiana, desde a independência de 1804, foi marcada por sucessivas formas de dominação externa – dívida colonial, ocupação militar, programas de “ajuda” condicionada – e pela atuação de elites internas de perfil essencialmente rentista, que bloquearam a constituição de um projeto nacional de urbanização e de desenvolvimento produtivo. Nesse quadro, a metrópole de Porto Príncipe consolidou-se como nó central de um sistema econômico fragmentado, no qual coexistem enclaves do circuito superior voltados à exportação (zonas francas e serviços financeiros), um vasto circuito inferior urbano – baseado em mercados populares, informalidade e estratégias de sobrevivência – e a expansão recente de circuitos criminais que capturam frações do território e de fluxos econômicos. Conclui-se que a crise dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação é fundamentalmente política e historicamente produzida, e que sua superação exige uma profunda reorientação do Estado haitiano em direção à soberania nacional, à descentralização territorial e à reconstrução de bases produtivas e institucionais capazes de sustentar um desenvolvimento urbano mais justo e sustentável.

Palavras-chave: Porto Príncipe. Circuitos espaciais de produção. Círculos de cooperação. Crise urbana. Desenvolvimento territorial.

ABSTRACT: This research investigates the spatial circuits of production and the circles of cooperation in the city of Port-au-Prince, the capital of Haiti, seeking to explain how its contemporary configuration contributes to the reproduction of the urban crisis and the weakening of territorial development. It starts from a critical geographical approach, anchored primarily in the work of Milton Santos, Georges Anglade, and David Harvey, which allows for the articulation of the historical formation of Haitian territory with recent strategies of subordinate insertion into global value chains. It argues that Haiti's trajectory since independence in 1804 has been marked by successive forms of external domination – colonial debt, military occupation, conditional “aid” programs – and by the actions of essentially rent-seeking internal elites, who have blocked the constitution of a national project of urbanization and productive development. In this context, the metropolis of Port-au-Prince has consolidated itself as the central node of a fragmented economic system, in which enclaves of the upper circuit geared towards export (free trade zones and financial services), a vast urban lower circuit – based on popular markets, informality, and survival strategies – coexist with the recent expansion of criminal circuits that capture fractions of the territory and economic flows. It is concluded that the crisis of spatial circuits of production and circles of cooperation is fundamentally political and historically produced, and that overcoming it requires a profound reorientation of the Haitian state towards national sovereignty, territorial decentralization, and the reconstruction of productive and institutional bases capable of sustaining a more just and sustainable urban development.

Keywords: Port-au-Prince. Spatial circuits of production. Circles of cooperation. Urban crisis. Territorial development.

RÉSUMÉ: La recherche examine les circuits spatiaux de production et les cercles de coopération dans la ville de Port-au-Prince, capitale d'Haïti, en cherchant à expliquer comment leur configuration contemporaine contribue à la reproduction de la crise urbaine et à la fragilisation du développement territorial. Elle part d'une approche géographique critique, s'appuyant principalement sur Milton Santos, Georges Anglade et David Harvey, qui permet d'articuler la formation historique du territoire haïtien aux stratégies récentes d'insertion subordonnée dans les chaînes de valeur mondiales. Nous soutenons que le parcours haïtien, depuis l'indépendance en 1804, a été marqué par des formes successives de domination extérieure – dette coloniale, occupation militaire, programmes d'« aide » conditionnelle – et par l'action d'élites internes au profil essentiellement rentiers, qui ont bloqué la constitution d'un projet national d'urbanisation et de développement productif. Dans ce contexte, la métropole de Port-au-Prince s'est consolidée comme le nœud central d'un système économique fragmenté, dans lequel coexistent des enclaves du circuit supérieur axées sur l'exportation (zones franches et services financiers), un vaste circuit urbain inférieur – basé sur les marchés populaires, l'informalité et les stratégies de survie – et l'expansion récente de circuits criminels qui capturent des fractions du territoire et des flux économiques. On peut en conclure que la crise des circuits spatiaux de production et des cercles de coopération est fondamentalement politique et historiquement produite, et que sa résolution exige une réorientation profonde de l'État haïtien vers la souveraineté nationale, la décentralisation territoriale et la reconstruction de bases productives et institutionnelles capables de soutenir un développement urbain juste et durable.

Mots-clés: Port-au-Prince. Circuits spatiaux de production. Cercles de coopération. Crise urbaine. Développement territorial.

INTRODUÇÃO

A reestruturação produtiva e financeira mundial instaurada a partir da década de 1990, sob hegemonia das políticas neoliberais e da liberalização comercial, redefiniu de maneira profunda as economias latino-americanas, reorganizando circuitos produtivos, padrões de investimento e formas de uso do território.

No caso haitiano, esses processos se superpõem a uma longa duração marcada por dependência externa, centralização política e ausência de um projeto de urbanização integrado, produzindo uma crise estrutural que se expressa de forma aguda na capital, Porto Príncipe.

O novo regime de acumulação – apoiado em finanças desreguladas, abertura comercial assimétrica e mecanismos de endividamento – impôs aos países periféricos uma inserção subordinada nas cadeias globais de valor, ao mesmo tempo em que fragilizou a capacidade estatal de planejar o desenvolvimento urbano e produtivo.

Em grande parte da América Latina, observaram-se intensas reestruturações técnico-produtivas, desverticalização de cadeias, deslocamento territorial de capitais e redução de empregos industriais, com impactos diretos sobre a configuração dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação. No Haiti, essas dinâmicas assumem contornos específicos, articulando-se a uma formação territorial marcada por dívida colonial, ocupação militar, elites rentistas e sucessivas intervenções externas.

Entre os casos mais representativos dessa crise estrutural encontra-se Porto Príncipe, cuja base produtiva é frágil, fortemente dependente de importações e sustentada por uma combinação de zonas

francas voltadas à exportação e um vasto circuito inferior de economia urbana informal. Trata-se de um espaço urbano profundamente desestruturado, em que os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação se apresentam fragmentados, seletivos e, em muitos casos, capturados por lógicas predatórias e atividades ilícitas. A urbanização da capital haitiana, longe de resultar de um planejamento territorial consistente, decorre de decisões políticas e econômicas que favoreceram a concentração de funções estatais, serviços e fluxos de mercadorias na metrópole, sem a correspondente provisão de infraestrutura e serviços públicos.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa ancora-se na concepção de espaço geográfico como conjunto articulado de fixos e fluxos, formulada por Milton Santos (1979), e na noção de circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação como chaves para compreender a divisão territorial do trabalho e a dinâmica da economia urbana nos países periféricos.

A essas contribuições somam-se as análises de Georges Anglade (1974) sobre a formação do espaço haitiano, a centralização em Porto Príncipe e o papel dos circuitos de comercialização na coesão – e na desigualdade – territorial do país, bem como as reflexões de David Harvey (2012a) a respeito da relação entre desenvolvimento capitalista, crises e urbanização. Ao articular esses referenciais, o artigo interpreta a crise urbana de Porto Príncipe como expressão de um processo histórico de subordinação política e econômica, no qual o território é constantemente reorganizado para atender a interesses externos e de uma elite local não comprometida com a construção de uma economia nacional.

A pergunta que orienta a pesquisa pode ser formulada nos seguintes termos: em que medida a configuração dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação em Porto Príncipe reflete uma captura política, compromete o desenvolvimento socioeconômico e aprofunda a crise urbana haitiana?

A hipótese central é que a crise dos circuitos e dos círculos de cooperação não é apenas um efeito colateral de desastres naturais ou de deficiências técnicas de planejamento, mas resulta de decisões políticas deliberadas que consolidaram um modelo de dois eixos paralelos: uma economia criminal, e uma economia dependente de enclave, centrado em zonas francas exportadoras, informalidade massiva e captura privada de rendas fundiárias e comerciais. Nessa perspectiva, a desestruturação dos circuitos produtivos e cooperativos é, antes de tudo, política e historicamente produzida, e só pode ser revertida mediante uma reorientação do projeto de Estado e de uso do território.

Metodologicamente, o trabalho combina revisão bibliográfica sobre teorias dos circuitos espaciais de produção, círculos de cooperação e crise da urbanização, com ênfase em Milton Santos, Maria Laura Silveira, Moraes, Anglade e Harvey, à análise de dados socioeconômicos e demográficos produzidos por organismos nacionais e internacionais, como o Institut Haïtien de Statistique et d'Informatique (IHSI), o Banco Mundial e o Banco Central do Haiti.

Essas informações secundárias são articuladas a observações de campo e ao exame de mapas, imagens de satélite, fotografias e estatísticas construídas com apoio de ferramentas como QGIS e Google Earth, permitindo caracterizar a configuração territorial de Porto Príncipe, seus circuitos produtivos e suas dinâmicas de cooperação.

O texto está organizado em quatro seções, além desta introdução. A primeira apresenta os fundamentos teóricos dos circuitos espaciais de produção, dos círculos de cooperação e das crises de urbanização nos países periféricos. A segunda discute o processo histórico de formação territorial do Haiti e de Porto Príncipe, destacando a centralização política, as intervenções externas e as escolhas de política econômica que moldaram o espaço urbano.

A terceira analisa empiricamente os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação na área metropolitana de Porto Príncipe, enfatizando a coexistência de zonas francas, circuito inferior urbano, informalidade e economia criminosa. Por fim, apresentamos as considerações finais, nas quais se ressaltam os limites do modelo vigente e as condições políticas e institucionais necessárias para a reestruturação dos circuitos produtivos e cooperativos.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Teoria dos Circuitos Espaciais de Produção

Na tradição da geografia crítica brasileira, os circuitos espaciais de produção constituem um instrumento central para compreender como a produção, a circulação e o consumo se territorializam, articulando fixos e fluxos em diferentes escalas (Santos, 1996).

Milton Santos (1996) define o espaço geográfico como um “conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações”, recusando qualquer leitura estática do território. Nessa perspectiva, o circuito espacial de produção expressa o encadeamento de etapas pelas quais passam os produtos, desde a obtenção das matérias-primas até o consumo final, articulando empresas, trabalhadores, instituições públicas e mercados em redes de fluxos materiais e imateriais.

Os circuitos espaciais são compostos, de forma esquemática, por quatro dimensões interdependentes: o circuito de produção, o circuito de circulação, o circuito de consumo e o meio técnico-científico-informacional.

O circuito de produção envolve as atividades de extração, transformação industrial e distribuição inicial, mobilizando diferentes agentes econômicos em múltiplas escalas territoriais. O circuito de produção compreende os fluxos de mercadorias, capitais, informações e pessoas, apoiados em infraestruturas de transporte, comunicação e redes financeiras, que permitem que os produtos se movam entre lugares e escalas.

O circuito de consumo, por sua vez, é condicionado por fatores culturais, sociais e econômicos, e é crescentemente mediado por estratégias de marketing e por formas sofisticadas de gestão da demanda.

O meio técnico-científico-informacional representa a base de técnicas, conhecimentos e sistemas de informação que reorganiza a produção, acelera a circulação e redefine a densidade relativa dos lugares na divisão territorial do trabalho.

Ao examinar as formas contemporâneas de acumulação, Santos (1996) sublinha que os processos produtivos são cada vez mais segmentados territorialmente, o que exige substituir a noção de “circuitos regionais de produção” pela de “circuitos espaciais de produção”, capazes de captar encadeamentos que atravessam fronteiras nacionais e articulam territórios distantes.

Moraes (1985) chama atenção para o fato de que esses circuitos operam sob a mundialização do espaço geográfico e a globalização das relações sociais de produção, o que torna indispensável discutir a divisão espacial do trabalho em múltiplas escalas. Nesse contexto, o espaço não é simples cenário, mas o próprio resultado da interação entre circuitos produtivos e estratégias de comando de empresas e Estados.

Moraes (1985) distingue, ainda, dois circuitos que coexistem nas economias periféricas: um *circuito superior*, intensivo em capital, tecnologia, informação e conexões globais, e um *circuito*

inferior, marcado por baixo capital fixo, informalidade, precariedade de normas e forte dependência de bens importados.

Essa distinção, retomada e aprofundada por Santos (1979), permite entender como a urbanização periférica combina enclaves modernos, altamente conectados aos fluxos globais, com vastas áreas de pobreza urbana em que a sobrevivência depende de pequenas atividades comerciais, serviços informais e redes familiares.

No caso haitiano, esse dualismo assume forma extrema, com zonas francas exportadoras articuladas a cadeias globais de vestuário coexistindo com um circuito inferior urbano que envolve mercados populares, comércio ambulante e microempreendimentos inseridos em um ambiente de forte instabilidade política e violência.

Georges Anglade (2008) desloca esse debate para o contexto específico do Haiti, desenvolvendo uma teoria dos circuitos que articula espaço, Estado e nação em um território marcado pela pobreza e por uma urbanização em crise. Para esse autor, os circuitos são “canais” pelos quais se realizam a produção e a circulação de mercadorias – principalmente alimentos, commodities primárias, bens locais e importados – e também os diferentes ganhos tributários e formas de apropriação de renda. O país se materializa a partir da articulação entre *bourgs-jardins*, mercados locais e a cidade-centro, Port-au-Prince, formando redes que garantem, ao mesmo tempo, a coesão territorial mínima e a reprodução das desigualdades sociais.

Esses circuitos, como destaca Anglade (2008), funcionam como redes de tributação e acumulação, nas quais o Estado e os grupos dominantes extraem rendas, moldando o espaço através de pressões fiscais, controle dos fluxos e concentração de atividades em determinadas regiões.

Anglade (2008) argumenta que o circuito se ergue como uma regra ativa de coesão territorial e de produção do espaço, convergindo continuamente para uma cidade-centro – no caso haitiano, Porto Príncipe –, que concentra funções políticas e econômicas.

O movimento dos circuitos assume duas direções principais: do rural para o urbano, por meio da coleta e transporte de produtos agrícolas; e do urbano para o rural, com a difusão de produtos manufaturados, bens importados e normas administrativas. Ao relacionar subcentros populacionais (*bourgs-jardins*) e mercados locais à metrópole, essa organização territorial reforça a centralização econômica e política, ao custo de uma crescente vulnerabilidade das regiões periféricas.

Em sociedades capitalistas e semicapitalistas baseadas na renda fundiária urbana e rural, no crédito usurário e na extração de mais-valia, tais circuitos tendem a intensificar a polarização social e espacial, criando polos de concentração de riqueza e vastas áreas de pobreza.

Baseando-se nas contribuições de Marx, Santos, Anglade e outros autores, torna-se evidente que os processos econômicos e sociais que estruturam os circuitos produtivos afetam diretamente o espaço urbano, que é ao mesmo tempo reflexo e agente desses circuitos. As cidades são moldadas pela forma como se organizam as cadeias de produção, circulação e consumo: distritos financeiros, bairros industriais, zonas residenciais de alto padrão e favelas expressam, no território, as desigualdades de renda, poder político e acesso à infraestrutura.

A teoria dos circuitos espaciais de produção permite, assim, interpretar a produção do espaço urbano em Porto Príncipe como resultado de uma combinação entre enclaves produtivos voltados ao mercado externo, um extenso circuito inferior de sobrevivência e circuitos criminais que se apropriam de frações do território e de fluxos econômicos ilegais.

Círculos de Cooperação na Economia

Enquanto os circuitos espaciais de produção dizem respeito, sobretudo, aos fluxos materiais de mercadorias, capitais e pessoas, os círculos de cooperação referem-se aos fluxos imateriais que regulam e coordenam o funcionamento desses circuitos. Santos e Silveira (2010) definem os círculos de cooperação como o conjunto de normas, rotinas, decisões, informações, conhecimentos e formas de coordenação que articulam empresas, instituições, trabalhadores e consumidores, assegurando a continuidade do aparelho produtivo.

Trata-se, portanto, da “inteligência do capital”, que se manifesta em convenções técnicas, regras de crédito, políticas públicas, contratos e dispositivos de governança que atravessam o território.

Os círculos de cooperação permitem que atores dispersos – em diferentes regiões e países – mantenham conexões estáveis, apesar da distância geográfica. Ferreira e Zanotelli (2020) enfatizam que esses círculos envolvem tanto fluxos materiais quanto imateriais, articulando empresas, instituições de ensino e pesquisa, organismos públicos, bancos, consultorias e organizações da sociedade civil.

De maneira semelhante, Aracri *et al.* (2022) definem os círculos de cooperação como fluxos de ordem imaterial – ações, decisões, ordens, informações, ideias e conhecimentos – que se mantêm entre ramos e instituições de um setor, tornando possível a coordenação de cadeias produtivas complexas.

Nos países periféricos, a seletividade desses círculos é um elemento fundamental: determinados segmentos econômicos contam com fortes redes de cooperação (como zonas francas exportadoras e sistemas financeiros), enquanto outros permanecem isolados ou submetidos a formas precárias de coordenação.

Quadro 1. Tipos de circuitos em Porto Príncipe

Tipo de circuito	Base territorial principal	Principais atores	Características e impactos socioespaciais
Circuito superior exportador (zonas francas)	Zonas francas e parques industriais em Delmas, Cité Soleil, Tabarre, Carrefour.	Empresas transnacionais, Estado (DZF, CNZF, BRH), bancos.	Produção têxtil para exportação, isenções fiscais, baixa agregação de valor interno, fracos encadeamentos com economia local.
Circuito superior de serviços financeiros e de telecomunicações	Centro de Porto Príncipe, Turgeau, Bois Verna, Pétion-Ville.	Bancos, operadoras de telecomunicações, grandes empresas.	Controle de fluxos de capital e informação; forte inserção global; concentração de renda e serviços em áreas de maior renda.
Circuito inferior urbano informal	Mercados populares, ruas principais, bairros periféricos e favelas.	Vendedores ambulantes, pequenos comerciantes, famílias.	Alto grau de informalidade, baixa proteção social, uso intensivo do espaço público, importância central na sobrevivência cotidiana.
Circuitos criminais	Bairros controlados por gangues, rotas de contrabando e tráfico.	Gangues armadas, intermediários políticos, segmentos empresariais.	Apropriação violenta do território, extração de rendas ilegais, deslocamentos forçados e aprofundamento da insegurança urbana.
Circuitos de cooperação internacional	Sedes de ONGs, organismos multilaterais, projetos pontuais em bairros específicos.	Organismos internacionais, ONGs, Estado, comunidades locais.	Recursos externos seletivos, projetos fragmentados, fortalecimento de círculos de cooperação exógenos e dependência de agendas externas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

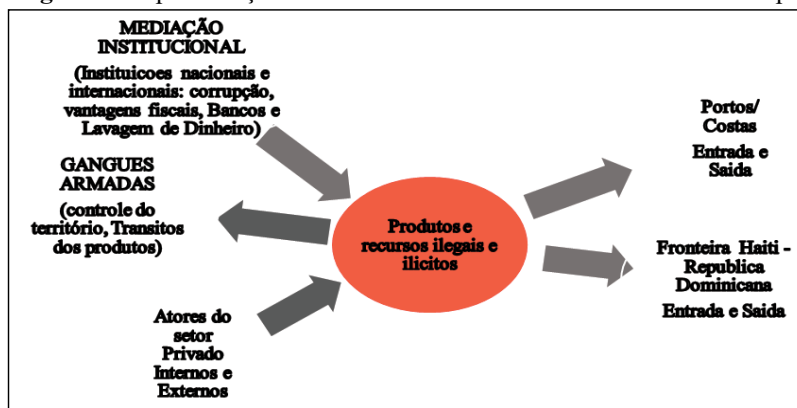
No campo das cooperativas e de outras experiências econômicas associativas, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação podem revelar padrões específicos de uso do território, divisão territorial do trabalho, especializações produtivas e fluxos de informação e crédito.

Unidades de serviços educacionais, financeiros, de assistência técnica, empresas coligadas, poder público e entidades representativas formam redes que trocam mercadorias, informações, serviços e recursos. Entretanto, em contextos como o haitiano, esses círculos de cooperação tendem a ser frágeis ou assimétricos, frequentemente subordinados a agendas de doadores internacionais, ONGs e organismos multilaterais, o que limita a capacidade de construção de um projeto endógeno de desenvolvimento.

Na área metropolitana de Porto Príncipe, a análise dos círculos de cooperação permite identificar, de um lado, circuitos estreitos e relativamente densos entre grandes bancos, instituições financeiras internacionais, empresas de telecomunicações e zonas francas, e de outro, redes fragmentadas de cooperativas populares, associações comunitárias e pequenos produtores, com baixa capacidade de coordenação e acesso limitado a crédito, tecnologia e informação.

Além disso, nos últimos anos, emergiu um tipo de “círculo de cooperação” perverso, ligado à economia criminosa: gangues armadas, intermediários políticos e segmentos empresariais estabelecem relações de interesse mútuo que garantem o controle territorial de bairros, a proteção de determinadas rotas de circulação de mercadorias e a extração de rendas por meio de violência, vendas de drogas, armas, e outros produtos ilegais.

Figura 1. Representação do circuito criminal na cidade de Porto-Príncipe



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Figura 1 representa o funcionamento dos circuitos criminais na cidade de Porto Príncipe, envolvendo múltiplos atores, incluindo instituições públicas, agentes do setor privado (interno e externo) e gangues armadas. No centro desse circuito encontra-se a realização e circulação de produtos e recursos financeiros ilegais e ilícitos, em torno dos quais se articulam diversos fluxos que integram instituições formais e informais, bem como outros fluxos que entram ou saem do país pelas fronteiras entre Haiti e República Dominicana, pelos portos e pelas costas. As ações violentas das gangues armadas contribuem para a manutenção de um ambiente de instabilidade favorável à execução das atividades criminais, garantindo o trânsito e a circulação desses bens e capitais. Esses círculos paralelos corroem as instituições públicas, distorcem os circuitos produtivos e tornam o território ainda mais vulnerável.

Teoria sobre a Crise do Processo de Urbanização

Milton Santos (1996) argumenta que a urbanização nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, ocorreu de forma acelerada, desorganizada e subordinada a um modelo de desenvolvimento que privilegia o crescimento econômico em detrimento do bem-estar social. Segundo o autor, a urbanização periférica não reproduz o caminho dos países centrais, onde a expansão urbana foi acompanhada de industrialização e de investimentos em infraestrutura, mas configura um “meio técnico” incompleto, em que a densidade de equipamentos e serviços é seletiva e funcional às necessidades do capital (Santos, 1996).

Essa urbanização corporativa e globalizada aprofundou a segregação socioespacial, o crescimento da economia informal e a crise ambiental urbana, ao mesmo tempo em que esvaziou a capacidade das regiões de comandar o que nelas acontece.

Santos e Silveira (2010) mostram que a nova divisão territorial do trabalho, associada aos avanços da ciência e da técnica, à circulação acelerada de informações e à expansão do capitalismo sobre áreas periféricas, consolida especializações produtivas regionais e fragmenta o território. Enquanto certos pontos são fortemente integrados aos circuitos superiores da economia – abrigando indústrias, serviços avançados e centros de decisão –, vastas áreas se tornam espaços de reserva de mão de obra, zonas de despejo de resíduos ou territórios de informalidade.

A urbanização periférica, assim, é inseparável das políticas econômicas que redefinem o papel dos Estados nacionais, deslocam decisões para esferas supranacionais e fragilizam a capacidade de planejamento urbano.

Anglade (2008), analisando o caso haitiano, enfatiza que a urbanização desordenada em países empobrecidos é impulsionada por migrações rural-urbanas intensas, concentração de serviços e oportunidades nas cidades e ausência de políticas públicas eficazes de ordenamento territorial.

No Haiti, esse processo assumiu a forma de uma centralização extrema em Porto Príncipe, onde se concentraram funções estatais, comércio externo e serviços básicos, sem que houvesse investimentos proporcionais em infraestrutura, habitação e transporte. Essa combinação produziu uma metrópole que é, simultaneamente, centro político e econômico, e espaço de crise crônica, com elevadas taxas de informalidade, favelização e violência.

David Harvey (2012b), por sua vez, destaca a relação intrínseca entre desenvolvimento capitalista, crises e processo de urbanização. As crises capitalistas não são eventos isolados, mas fenômenos recorrentes que se deslocam entre setores (imobiliário, financeiro, industrial, bancário) e regiões geográficas ao longo do tempo, como forma de “resolver” temporariamente as contradições da acumulação.

A urbanização aparece, então, como um mecanismo privilegiado de absorção de excedentes de capital, por meio da expansão de infraestruturas, construção de habitações e reconfiguração de espaços urbanos. Ao analisar o caso norte-americano, Harvey (2012b) mostra como a suburbanização e outras formas de reestruturação urbana serviram para reorganizar o território e recompor a rentabilidade do capital em momentos de crise.

Aplicada ao Haiti, essa perspectiva permite compreender como intervenções externas, programas de “reconstrução” e investimentos em zonas francas agem como tentativas de recomposição de circuitos de acumulação em um contexto de crise permanente, ao mesmo tempo em que reforçam a dependência econômica e a subordinação política. No caso de Porto Príncipe, a urbanização não

planejada e a multiplicação de assentamentos precários não são apenas resultado de carência técnica, mas expressão de um modelo de desenvolvimento que tolera – e, em certa medida, *produz* – um espaço urbano desestruturado, conveniente a determinados interesses econômicos e geopolíticos. A crise urbana haitiana, assim, deve ser entendida como crise dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação, produzida historicamente pela combinação de políticas internas excludentes, dívida colonial, ocupações militares e neoliberalização da economia.

BREVE HISTÓRICO ECONÔMICO E URBANO DE PORTO PRÍNCIPE

O Haiti constitui um caso singular na história mundial, como primeira República negra e resultado de uma revolução antiescravagista, antirracista e anticolonial que culminou na independência de 1804. Todavia, essa conquista política não se traduziu em um projeto de urbanização planejada e sustentável, capaz de construir uma base de infraestruturas e serviços que deram suporte ao corpo social. Desde os primeiros anos do Estado independente, a fragilidade institucional, as rivalidades entre elites e a pressão externa limitaram a possibilidade de uma política territorial coerente.

Quadro 2. Marcos históricos e efeitos sobre circuitos espaciais de produção em Porto Príncipe

Marco histórico	Medida / evento central	Efeitos sobre circuitos de produção e círculos de cooperação	Referência principal
Independência e Constituição de 1805	Proclamação da independência e Constituição sob Dessalines, com projeto de Estado forte e descentralização territorial	Tentativa de construção de circuitos produtivos nacionais articulados a um Estado soberano; fortalecimento inicial de círculos de cooperação estatais	JANVIER (2018)
Assassinato de Dessalines (1806) e fragmentação	Ruptura do projeto de Dessalines e divisão do país em regiões rivais	Descontinuidade do plano territorial, enfraquecimento de circuitos produtivos internos e fortalecimento de elites regionais rentistas	JANVIER (2018)
Código Rural de 1826	Institucionalização de formas de servidão camponesa e restrição da mobilidade rural-urbana	Bloqueio da formação de circuitos internos dinâmicos; manutenção de uma base agrícola explorada e pouco integrada à urbanização planejada	JANVIER (2018)
Imposição da dívida à França (1825)	Tratado que obriga o Haiti a pagar 150 milhões de francos à antiga metrópole	Drenagem de recursos fiscais, limitação de investimentos em infraestrutura urbana e reforço da dependência externa e da orientação exportadora	JOACHIM (1975); JANVIER (2018)
Ocupação estadunidense (1915–1934)	Controle político, militar e financeiro do país pelos EUA.	Centralização em Porto Príncipe, reorganização de rotas e infraestruturas segundo interesses externos, redefinição de circuitos comerciais e fiscais.	LUCIEN (2018)
Terremoto de 2010	Desastre natural que destrói parte significativa da infraestrutura urbana.	Reconfiguração de circuitos produtivos e de circulação; deslocamentos populacionais; abertura para novas dinâmicas de especulação e de “ajuda” externa.	ANDRADE (2016); SAINTÉ (2018)
Intensificação das zonas francas e políticas neoliberais (1990–2024)	Adoção de políticas de liberalização, incentivos a zonas francas e integração a acordos comerciais.	Consolidação de enclaves do circuito superior voltados ao exterior, desarticulação dos encadeamentos internos e fragilização fiscal do Estado.	WORLD BANK; TRADING ECONOMICS; BRH (2012)
Escalada recente da violência armada e controle de gangues	Expansão de grupos armados controlando bairros e rotas de circulação.	Formação de circuitos criminais e círculos de cooperação perversos, que substituem ou corroem as instituições públicas e reorganizam o uso do território.	ANDRADE (2016); LUCIEN (2018)

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Constituição de 1805, elaborada sob a liderança de Dessalines, expressava uma visão de fortalecimento do Estado e de descentralização territorial, com a criação de divisões militares, construção de centros escolares e tribunais e incentivo à agricultura e ao comércio como bases da prosperidade nacional. Entretanto, o assassinato de Dessalines em 1806 e a subsequente fragmentação política interromperam esse projeto, abrindo espaço para a formação de regiões antagônicas, com projetos de desenvolvimento conflitantes e uma urbanização desarticulada.

O chamado “Código Rural” de 1826, por exemplo, consolidou a servidão do campesinato, restringindo a mobilidade da população pobre e aprofundando a exclusão social.

O Código Rural de 1826 é o mais cruel, o mais imperdoável dos erros ou crimes de Boyer. Nele, ele constitui a servidão do camponês, timidamente iniciada em 1821; ele interrompe o crescimento econômico do país, esteriliza a nação (Janvier, 2018, p. 172).

A imposição, pela França, ao Haiti, em 1825, de uma dívida de 150 milhões de francos, frequentemente qualificada como “resgate da independência”, constitui um marco decisivo, frequentemente interpretado como uma forma precoce de neocolonialismo financeiro (Joachim, 1975). O pagamento dessa indenização drenou recursos que poderiam ter sido destinados à construção de infraestruturas urbanas, reforçando o conservadorismo fundiário e a orientação exportadora voltada para o mercado externo. A unificação temporária da ilha sob o governo de Boyer não se traduziu em investimentos urbanos consistentes; ao contrário, a necessidade de honrar a dívida consolidou um modelo de exploração do campesinato e de negligência em relação à construção de uma base urbano-industrial.

A questão da restituição dessa dívida, formalmente reivindicada pelo governo de Jean-Bertrand Aristide em 2003, permaneceu marginalizada por décadas no debate internacional. Apenas no início de 2025 o tema voltou a ganhar maior visibilidade. Em abril de 2025, pela primeira vez, o presidente francês Emmanuel Macron reconheceu publicamente como injusta a indenização imposta ao Haiti em 1825 e seus impactos históricos sobre o desenvolvimento do país. Contudo, apesar desse reconhecimento simbólico, ainda não foram implementadas medidas concretas de restituição financeira ou reparação colonial.

No século XX, a ocupação estadunidense (1915-1934) reconfigurou os circuitos produtivos e a organização territorial do Haiti, centralizando o poder econômico e administrativo em Porto Príncipe e subordinando o país a interesses estratégicos externos (Lucien, 2008). Empresas estrangeiras foram favorecidas com concessões, enquanto obras de infraestrutura e rotas foram planejadas para garantir a circulação de mercadorias e capitais em benefício dessas corporações. Empréstimos onerosos e o controle do sistema financeiro por bancos norte-americanos reduziram ainda mais a autonomia do Estado haitiano, limitando sua capacidade de conduzir uma política urbana soberana.

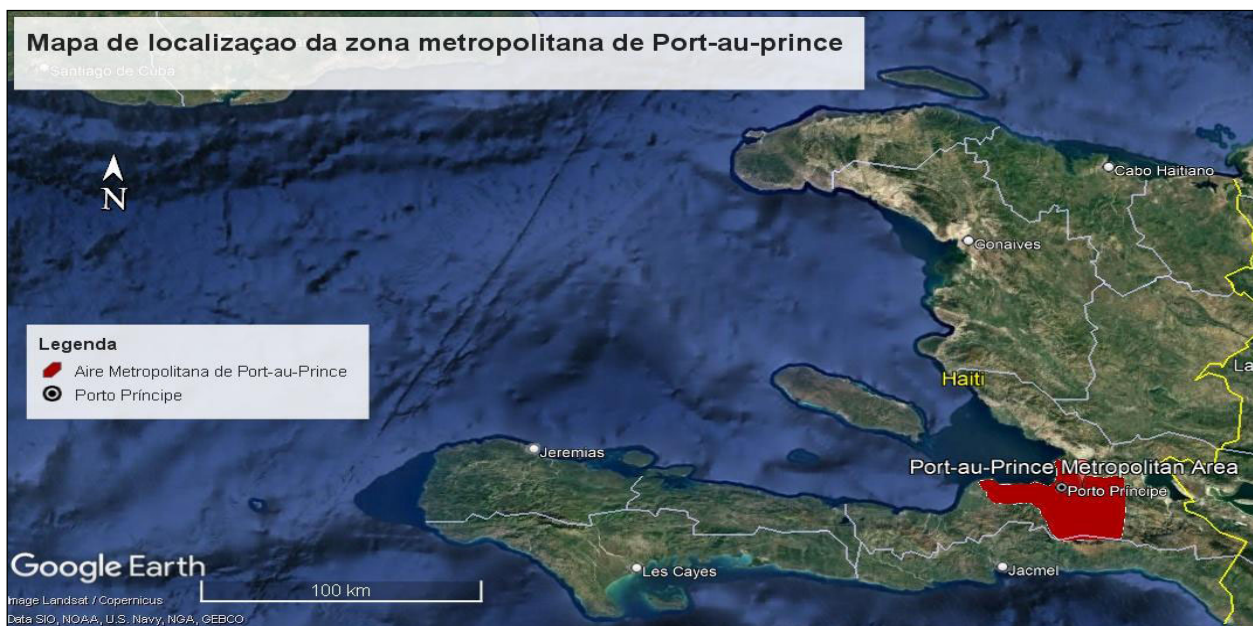
Ao longo das décadas seguintes, sucessivas intervenções externas, programas internacionais de assistência e alianças entre elites locais e atores internacionais, geraram instabilidade crônica, limitaram sua soberania e reforçaram um padrão de centralização em Porto Príncipe, sem que isso implicasse o fortalecimento dos circuitos produtivos internos (Johnston, 2024). A capital tornou-se o principal nó de circulação de mercadorias, pessoas e serviços, mas sem um plano de urbanização integradora, o que resultou em favelização massiva, degradação ambiental e crescente vulnerabilidade a desastres. O terremoto de 2010 apenas intensificou uma crise já em curso, destruindo infraestruturas, deslocando populações e abrindo espaço para novas formas de apropriação especulativa do território.

Nesse percurso histórico, a configuração dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação em Porto Príncipe foi continuamente moldada por decisões políticas que privilegiaram a extração de rendas, a manutenção de elites rentistas e a subordinação a interesses externos, em detrimento da construção de uma base produtiva diversificada e de uma urbanização socialmente orientada. A crise urbana atual é, portanto, inseparável dessa longa duração, em que o território é usado como suporte para acumulação desigual e não como fundamento de um projeto de desenvolvimento nacional.

Fundação da cidade de Porto Príncipe e evolução geográfica

A fundação de Porto Príncipe, em meados do século XVIII, obedeceu a objetivos estratégicos da colonização francesa, combinando defesa militar, acesso ao mar e facilitação do comércio externo. O local escolhido possuía vantagens geográficas que permitiam a instalação de um porto e a articulação de rotas terrestres e marítimas, garantindo aos colonos controle sobre fluxos de açúcar, café e outras mercadorias destinadas à Europa (Théodat, 2013). Desde sua origem, portanto, a cidade foi concebida como instrumento de exploração colonial e de comando sobre o território circundante.

Figura 2. Localização da cidade de Porto Príncipe



Fonte: Elaborado pelos autores com uso de Google Earth.

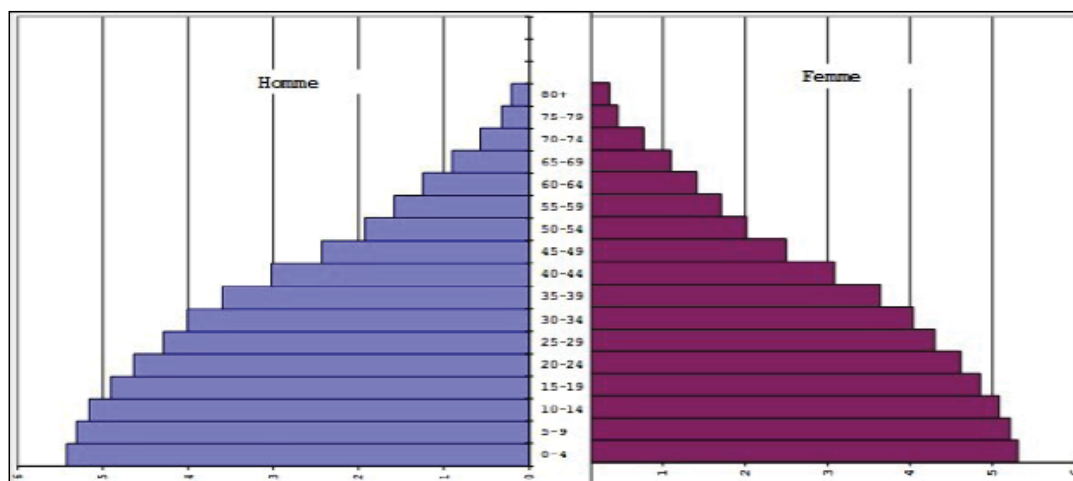
Com o tempo, Porto Príncipe substituiu Cap-Haítien como capital, concentrando funções políticas, administrativas e econômicas e consolidando-se como principal centro da rede urbana haitiana. No período pós-independência, essa centralização foi mantida, ainda que em um contexto de instabilidade política e de limites à capacidade de investimento estatal. Do ponto de vista administrativo, a cidade é hoje capital nacional do Departamento Oeste, inserida em uma divisão territorial que inclui dez departamentos (IHSI, 2024).

A área metropolitana de Porto Príncipe integra comunas como Delmas, Cité Soleil, Carrefour, Tabarre e Pétion-Ville, que apresentam características ambientais semelhantes, mas níveis muito

distintos de renda, infraestrutura e serviços. Em 2024, o Departamento Oeste abrigava mais de 4 milhões de habitantes, dos quais cerca de 2,67 milhões residiam na área metropolitana (IHSI, 2024), sinalizando um crescimento demográfico contínuo que pressiona o espaço urbano e os sistemas de transporte, saneamento e habitação.

A pirâmide etária revela uma população haitiana predominantemente jovem, o que indica um potencial demográfico importante, mas também evidencia o risco de ampliação do desemprego e da violência em um contexto de baixa capacidade de inclusão produtiva.

Figura 3. Pirâmide populacional do Haiti (2024)



Fonte: IHSI,2024.

A distribuição da população no espaço urbano tornou-se ainda mais desigual nos últimos anos, em função do avanço de gangues armadas e de deslocamentos forçados de famílias que abandonam áreas litorâneas e bairros tradicionais em busca de relativa segurança em regiões mais altas ou em abrigos improvisados. Esses movimentos reforçam a fragmentação socioespacial e aprofundam as desigualdades no acesso a trabalho, serviços e infraestrutura, além de introduzir novas linhas de segregação ligadas ao controle armado dos bairros. A aparente ausência de planejamento esconde, assim, uma racionalidade política que tolera a manutenção de um espaço urbano vulnerável, conveniente à reprodução de determinadas lógicas econômicas e de dominação territorial.

Quando analisada à luz dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação, a evolução geográfica de Porto Príncipe mostra uma metrópole construída para concentrar fluxos e decisões, mas sem um projeto de coesão territorial e de integração produtiva. As escalas municipal, comunal e metropolitana revelam uma economia urbana organizada em torno de enclaves formais e vastos territórios informais, nos quais a precariedade habitacional e a carência de serviços se articulam à fragilidade dos circuitos de cooperação institucionais.

CIRCUITOS ESPACIAIS DE PRODUÇÃO E CÍRCULOS DE COOPERAÇÃO NA CIDADE DE PORTO PRÍNCIPE

A economia haitiana apresenta um dos mais baixos PIB per capita do mundo, com sucessivas crises políticas, desastres naturais e fragilidade institucional comprometendo a capacidade de geração de riqueza. Embora haja registros recentes de aumento no PIB per capita, de US\$ 1.411,1 em 2015 para US\$ 2.981,46 em 2024 (Trading Economics, 2024), esse crescimento não se converteu em melhorias substantivas de bem-estar ou em dinamismo econômico estrutural.

Porto Príncipe concentra a maior parte das atividades econômicas formais do país, sobretudo nos setores de serviços e comércio, mas essa centralização ocorre em paralelo à expansão de um vasto circuito inferior urbano.

A área central e bairros como Turgeau, Bois Verna e Bourdon, bem como as comunas de Delmas e Pétion-Ville, constituem o núcleo econômico metropolitano, onde se localizam instituições financeiras, empresas de telecomunicações, hotéis, agências de turismo e sedes de grandes empresas. Esse núcleo configura um espaço fortemente integrado a fluxos globais de informação e capital, operando como parte do circuito superior da economia haitiana. Ao mesmo tempo, as atividades industriais permanecem limitadas e tecnologicamente defasadas, concentradas em zonas francas e parques industriais, como Sonapi, localizados principalmente em Delmas, Cité Soleil, Tabarre e Carrefour.

As zonas francas, reguladas por estruturas estatais específicas e ancoradas em acordos internacionais de livre comércio, funcionam como enclaves produtivos orientados para a exportação, oferecendo isenções fiscais e facilidades aduaneiras. A inserção do Haiti nessas cadeias globais de vestuário, entretanto, gera pouco valor agregado interno, uma vez que os produtos são destinados quase exclusivamente ao mercado externo, e o Estado perde receitas importantes devido às renúncias fiscais. O Banco Central, ao exigir reservas obrigatórias e oferecer juros favorecidos para o financiamento desses empreendimentos, reforça um padrão de política monetária voltado a atrair investimentos externos (BRH, 2012), ainda que isso não se traduza em diversificação produtiva ou fortalecimento de circuitos internos de cooperação.

Para além do circuito superior, a economia da região metropolitana é dominada pelo circuito inferior, constituído por feiras livres, mercados informais, comércio ambulante e pequenas prestações de serviços, que representam a principal alternativa de sobrevivência para a maior parte da população economicamente ativa que era estimada a cerca de 5,2 milhões de pessoas em 2024 (Banco Mundial, 2026). A elevada taxa de desemprego juvenil e a ausência de políticas públicas eficazes de geração de emprego e renda empurram muitos jovens para atividades ilícitas e para a integração em redes de gangues armadas, quando não migram para o exterior. Eventos como o terremoto de 2010 e a escalada recente de violência armada reconfiguraram os fluxos comerciais e os espaços de informalidade, deslocando mercados e intensificando a anarquia urbana e a precarização dos espaços públicos.

No plano macroeconômico, o país apresenta um déficit comercial estrutural, com importações muito superiores às exportações. Em 2024, as importações somaram US\$ 440 milhões, enquanto as exportações foram de apenas US\$ 65 milhões (Trading Economics, 2025), resultando em um déficit comercial estrutural e revela um papel subordinado do Haiti na divisão internacional do trabalho, e uma forte dependência de bens importados para o consumo interno. A relação comercial assimétrica com a República Dominicana, marcada por exportações dominicanas crescentes e exportações

haitianas insignificantes, reforça essa vulnerabilidade. O controle territorial de portos e fronteiras por elites econômicas nacionais, em articulação com atores externos, mantém o Haiti em condição de vulnerabilidade e facilita o desenvolvimento de circuitos criminosos baseados em contrabando, narcotráfico e comércio de mercadorias não declaradas.

As principais famílias empresariais haitianas – frequentemente citadas como exemplo de uma elite econômica concentrada – não construíram uma base industrial robusta nem investiram em infraestruturas produtivas que pudessem dinamizar os circuitos internos de produção e cooperação. Pelo contrário, têm atuado de forma rentista, apropriando-se de rendas fundiárias, explorando privilégios fiscais e, em alguns casos, mantendo vínculos com grupos armados que controlam territórios estratégicos. Essa dinâmica bloqueia a emergência de uma burguesia nacional comprometida com um projeto de desenvolvimento e reforça a predominância de uma economia fragmentada, informal e, em grande medida, predatória.

Dessa forma, os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação em Porto Príncipe encontram-se desestruturados, polarizados entre enclaves formais orientados ao exterior, circuito inferior de sobrevivência e circuitos criminais que capturam frações do território e fluxos econômicos. A crise urbana não pode ser explicada apenas por carências técnicas ou choques exógenos, mas aparece como resultado de uma arquitetura política e econômica que produz e reproduz a precariedade como forma de gestão do espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou as crises e os desafios que envolvem os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação na cidade de Porto Príncipe, evidenciando como a crise urbana haitiana é, antes de tudo, um fenômeno político e historicamente produzido. Ao articular as referências de Santos, Anglade e Harvey à trajetória territorial do Haiti, mostrou-se que a configuração atual da capital resulta de uma combinação de dívida colonial, ocupações militares, neoliberalização da economia e predomínio de elites rentistas.

Verificou-se que o projeto de nação delineado por Dessalines em 1805 – que articulava descentralização territorial, controle estatal dos recursos naturais e fortalecimento das bases produtivas internas – foi interrompido por sucessivas contrarrevoluções, abrindo caminho para um modelo centrado na exportação de produtos primários, na captura de rendas fundiárias e na dependência financeira. A imposição da dívida à França, a ocupação norte-americana e as intervenções mais recentes aprofundaram a subordinação externa, redefinindo os circuitos produtivos e transformando Porto Príncipe em um nó central de uma economia desestruturada.

Na escala urbana, a cidade se apresenta como um espaço de extrema concentração de funções estatais e econômicas, mas com circuitos espaciais de produção precarizados, fragmentados e submetidos a fortes assimetrias. As zonas francas e enclaves de serviços avançados integram o Haiti a cadeias globais de valor, porém sem gerar encadeamentos significativos com o território nacional, enquanto o circuito inferior urbano se expande como mecanismo de sobrevivência em meio à pobreza. A economia criminosa, apoiada em circuitos paralelos de cooperação entre elites, intermediários políticos e gangues armadas, apropria-se de parcelas do território e converte a violência em instrumento de acumulação.

O Estado haitiano, enfraquecido, simbólico e submetido a múltiplas pressões externas, perdeu grande parte de sua capacidade de planejar e coordenar o desenvolvimento urbano e econômico, permitindo que decisões cruciais sobre o uso do território sejam tomadas por atores privados, agências internacionais e grupos armados. Essa desestruturação institucional corrói os círculos de cooperação públicos e aprofunda a desarticulação dos circuitos produtivos, produzindo um ambiente urbano em que a precariedade não é um acidente, mas um elemento constitutivo da ordem vigente.

A situação de Porto Príncipe, contudo, não deve ser lida como fatalidade geográfica ou cultural, mas como produto de escolhas políticas e econômicas que podem ser confrontadas. A reestruturação dos circuitos espaciais de produção e dos círculos de cooperação exige uma ruptura com a lógica rentista e dependente que orientou a formação territorial do Haiti, implicando uma profunda reorientação do Estado em direção à soberania nacional, à descentralização territorial e à reconstrução das bases produtivas e institucionais. A solução da crise é, portanto, eminentemente política: supõe a emergência de forças sociais e políticas capazes de disputar o controle do Estado, redefinir o uso do território e instituir novas formas de cooperação que coloquem a vida coletiva e a justiça socioespacial no centro do projeto de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- ARACRI, Luis Angelo dos Santos. Circuitos espaciais da produção, círculos de cooperação e a modernização do setor agrícola brasileiro. **Revista Tamoios**, v. 18, n. 1, p. 47-59, jan.-jun. 2022.
- ANDRADE, Adriano Bittencourt. Dinâmica urbana de espaços em crise: Porto Príncipe/Haiti. **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n. 4, p. 15-26, out.-dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/trqJsSfS5HrhTKyMxKshHBG/>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- ANGLADE, Georges. **Atlas critique d’Haïti**. Montréal: CIDIHCA, 2008.
- ANGLADE, Georges. **L’espace haïtien**. Montréal: Presses de l’Université du Québec, 1974.
- BANCO MUNDIAL. **Chomage des jeunes** (% de la population ative agee de 15-24 ans) (estimation modélisée OIT) – Haiti, 2026. Disponível em: <https://donnees.banquemondiale.org/indicateur/SL.UEM.1524.ZS?locations=HT> Acesso em: 15 fev. 2026.
- BANQUE DE LA RÉPUBLIQUE D’HAÏTI (BRH). **Rapport annuel 2011-2012**. Port-au-Prince: Banque de la République d’Haïti, 2012. Disponível em: <https://www.brh.ht>
- FERREIRA, Alane; ZANOTELLI, Cláudio. **Os círculos de cooperação e o circuito espacial da produção na economia globalizada**. Vitória: EDUFES, 2020.
- GOULET, Jean. **L’organisation des services urbains: réseaux et stratégies dans les bidonvilles de Port-au-Prince**. Thèse (Doctorat en Etudes Urbaines) – Université du Québec à Montréal, Montréal, 2007. Disponível em: <https://archipel.uqam.ca/10011/1/D1457.pdf>. Acesso em : 15 fev. 2026.
- HARVEY, David. David Harvey na FAU USP – A urbanização e as crises. **PosFAUUSP**, v. 19, n. 32, p. 10-24, 2012a. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/download/52452/56444>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- IHSI – Institut Haïtien de Statistique et d’Informatique. **Estimations désagrégées de la population haitienne en 2024**. Delmas, Haiti: Direction des Statistiques Démographiques et Sociales (DSDS); (IHSI), jul. 2024.

- JANVIER, Louis Joseph. **Les constitutions d’Haiti (1801-1885)**. London, United Kingdom: Forgotten Books, 2018.
- JOACHIM, Jean. **Le sous-développement et la dépendance en Haïti**. Port-au-Prince: Éditions Caraïbes, 1975
- JOHNSTON, Jake. **Aid State: elite panic, disaster capitalism, and the battle to control Haiti**. New York: St. Martin’s Press, 2024.
- JOSEPH, Wisnel; SILVA, Gerardo Alberto. Análise da urbanização de Porto Príncipe no Haiti e suas relações com o meio ambiente. In: XX ENANPUR 2023. **Anais...** Belém, 23-26 maio 2023. Disponível em: <https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/08/st04-11.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- LE NOUVELLISTE. **Les exportations dominicaines vers Haïti en 2024: une relation commerciale à sens unique**. Le Nouvelliste, 12 fev. 2025. Disponível em: <https://lenouvelliste.com/article/253238/les-exportations-dominicaines-vers-haiti-en-2024-une-relation-commerciale-a-sens-unique>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- LUCIEN, G. E. Racines historiques du désastre du 12 janvier 2010 à Port-au Prince. In: In : GOULET, J. (Ed.). **Perspectives de développement de l’aire métropolitaine de Port-au-Prince, horizon 2030** – Programme de Recherche dans le Champ de l’Urbain FED/2015. Montréal, CA: Université du Quebec à Montreal, 2018. p. 360-478.
- MILIAN, Johan; TAMRU, Bezunesh. Port-au-Prince, ville du risque? Un mythe au prisme d’une urbanisation vulnérable. **Études Caribéennes**, Ed. Université des Antilles, v. 39-40, abr.-ago. 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/etudescaribeennes/11464>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- MORAES, Antônio Carlos Robert. Circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação no espaço. Tradução nossa do texto original “Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de acumulación en el espacio”. In: YANES, L.; LIBERALLI, A. (orgs.). **Aportes para el estudio del espacio socioeconómico**. Buenos Aires: El Colóquio, 1989.
- OEA – Organização dos Estados Americanos. **Assessment of Economic Opportunities in Jérémie**. Washington, D.C.: OEA, 2013.
- SAINTÉ, Guerby. O Estado e a política da urbanização: nova perspectiva para o desenvolvimento socioeconômico da cidade de Porto Príncipe. **Anais das Semanas de Geografia da Unicamp**, 2018, p. 109-117. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/semanageounicamp/article/download/3418/3283>. Acesso em: 15 fev. 2026.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 1993.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1966.
- SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 1979.
- SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 24. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e espaço: a crítica da geografia em tempos de globalização**. São Paulo: Contexto, 2012.

THÉODAT, Jean-Marie. Port-au-Prince en sept lieux. **Outre-Terre**, v. 1, n. 35-36, p. 123-150, fev. 2013.

TRADING ECONOMICS. Haiti – GDP per capita PPP. **Trading Economics**, 2024. Disponível em: <https://tradingeconomics.com/haiti/gdp-per-capita-ppp>. Acesso em: 15 fev. 2026

TRADING ECONOMICS. Haiti – Exportações do Haiti. **Trading Economics**, 2025. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/haiti/exports>. Acesso em: 15 fev. 2026.

WORLD BANK GROUP. Haiti – Overview. **World Bank**, S.d. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>. Acesso em: 15 fev. 2026.